



INCLUSÃO DIGITAL: RECUPERAÇÃO DA AUTOESTIMA NA CEGUEIRA ADQUIRIDA

Ligiane Gomes Marinho Salvino; Igor Monteiro Abreu dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) / Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ligiane.gmarinho@gmail.com

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), igor-monteiro-abreu@hotmail.com

Resumo: Este trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa em andamento, inserida dentro de um projeto de extensão nomeado como Visão Falada – Inclusão Digital de Pessoas com Deficiência Visual, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e em execução desde 2013. A investigação pretende relacionar o progresso da autoestima das pessoas com cegueira adquirida a partir da inclusão digital. O estudo de caso em andamento tem como sujeitos dois adultos atendidos pelo projeto referenciado. O indivíduo que perde a capacidade de enxergar vive um trauma que pode perdurar por anos, a depender dele próprio, da sua família, de seus amigos. Observou-se nos últimos meses a mudança positiva de comportamento dessas pessoas quando conseguiram fazer uso de redes sociais e outros recursos tecnológicos a partir do uso de internet.

Palavras-chave: Inclusão digital, Deficiência visual, autoestima.

Introdução

Presente em diversas áreas de conhecimento, as tecnologias digitais podem facilitar as atividades diárias de todos, inclusive daqueles que não conseguem enxergar. No Brasil, segundo dados do censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são mais de 500 mil pessoas que não enxergam de modo algum; e outras seis milhões com grandes dificuldades para enxergar. De acordo com o Relatório sobre as Condições de Saúde Ocular no Brasil, publicado pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia em 2015, estima-se que até 2020 serão mais de 76 milhões de pessoas cegas no mundo.

As tecnologias digitais revolucionaram a humanidade e, como relata Kenski (2007), “alteram as qualificações profissionais e a maneira como as pessoas vivem cotidianamente, trabalham, informam-se e se comunicam com outras pessoas”.

O conceito de inclusão digital é amplo, pois envolve uma perspectiva técnica, quando requer a utilização de computadores e/ou outros dispositivos eletrônicos, de internet e a capacitação para que os incluídos sirvam-se das tecnologias digitais; e social, quando vislumbra uma melhoria na qualidade de vida dos incluídos e mais possibilidades de inserção no mercado de trabalho.



Na história da humanidade, a exclusão das pessoas com deficiência é fato. No entanto, percebe-se a relevância dos recursos digitais para aqueles, incluindo-se os cegos. Nesse sentido, é importante o pensamento de Costa (2011) quando reconhece que a inclusão digital é facilitadora de outras inclusões e não tem foco apenas no uso técnico. Portanto, a inclusão social pode resultar também da inclusão digital.

A deficiência visual é medida a partir da acuidade visual e do campo de visão. Legalmente e em nível nacional, o Decreto 5.296/2004 a define como:

cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a **baixa visão**, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Decreto 5.296/2004, Art 5º, grifo nosso)

No entanto, Diniz (2012) traz a visão social da deficiência, embora reconheça o corpo com lesão; ela destaca que a deficiência ainda é uma tragédia pessoal e denuncia a opressão da sociedade para com as pessoas com deficiência.

O Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2011, aponta a deficiência como um estado, de forma que o fato de um indivíduo não ter nascido com alguma deficiência não significa que tal situação não pode ser alterada pela idade, por uma doença, por um acidente ou outro motivo.

A deficiência visual pode ser congênita ou adquirida: esta apresenta-se em algum momento da vida, decorrente de doenças, acidentes ou por conta da idade; aquela, revela-se com o nascimento em consequência da gravidez ou por herança genética. Quanto ao tipo da cegueira, é imprescindível destacarmos as diferenças comportamentais e emocionais.

O sentido da visão é insubstituível. O olhar fala, e pode revelar um sim, mesmo quando se pronuncia um não. Contudo, as pessoas cegas estimulam outros sentidos, como audição e tato, e são capazes de viver em sociedade e desempenhar diversas funções no trabalho, no meio artístico, no esporte etc.

No entanto, a perda presumida ou repentina da visão é um trauma; e não é fechando os olhos que se tem a sensação de estar cego, ou seja, impossibilitado de enxergar. E, mais uma vez, como enfatiza Diniz (2012), a cegueira é uma das várias formas de estar no mundo; a sociedade precisa estar apta para receber a todos. A autoestima, que para a psicologia é uma autoavaliação positiva de si mesmo, é afetada diante da mudança da autoimagem criada pela cegueira. Portanto, é compreensível a alteração de comportamento e de humor, e as tendências depressivas que acometem o sujeito e aqueles que o cercam.

Nesse contexto, a inclusão digital pode favorecer o estado de espírito do indivíduo, sua autoestima; incluindo-o, de fato, na sociedade da informação e gerando novas expectativas dentro de um mundo novo para ele, haja vista que muito provavelmente terá que reaprender a ler, a vestir-se, a locomover-se: a viver.



Metodologia

A investigação trata-se de uma pesquisa qualitativa em andamento, do tipo estudo de caso, com dois adultos atendidos pelo projeto de extensão Visão Falada – Inclusão Digital de Pessoas com Deficiência Visual, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Como instrumentos de pesquisa tem-se entrevistas semiestruturadas e observações. As entrevistas ainda não serão contempladas neste trabalho, mas serão aplicadas com os dois sujeitos e parentes próximos, de modo que possam confirmar ou refutar as alterações diante de suas retomadas quanto ao uso de computadores. Este trabalho relata apenas as observações, que foram registradas em uma planilha *online* pelos extensionistas (discentes e docente) que executam o projeto, nas quais foram detalhadas a evolução técnica e comportamental dos dois investigados. Os sujeitos são adultos, identificados na pesquisa como João e Maria e estão, respectivamente, com 31 e 55 anos.

Sobre a observação, Angrosino (2009, p. 56) diz ser “o ato de perceber as atividades e os inter-relacionamentos das pessoas no cenário de campo através dos cinco sentidos do pesquisador.” Assim e sem inferências, todos os registros foram feitos.

João perdeu a visão há mais de três anos, tem curso superior com pós-graduação em nível de mestrado na engenharia. É comerciante e trabalha. Maria perdeu a visão há mais de dois anos, tem nível superior e também está inserida no mercado de trabalho, na área da educação. João está no projeto desde 2014; Maria, desde 2015. Ambos já faziam uso de computadores e outros dispositivos eletrônicos antes da deficiência visual, fato esse que os instigou com relação a reaprender a usar o computador e todas as ferramentas que possam facilitar suas vidas a partir do seu uso.

O atendimento no “Visão Falada” é semanal, com uma hora de duração. Respeitando as necessidades e as preferências de cada aluno atendido pelo projeto, as aulas são individuais. Portanto, João e Maria têm planos de ensino diferentes, seja pelas ferramentas que lhes são apresentadas ou pela ordem em lhes mostrar esse ou aquele *software*. Além de instruções quanto ao uso de computadores, ambos solicitaram um treinamento no *whats app*. De modo complementar, foram selecionados outros aplicativos para que sejam treinados no sentido de se tornarem mais independentes, com o uso do *smartphone*, *tablet* ou computador.

Para a prática nos computadores foi utilizado o *dosvox*, como tecnologia assistiva¹ com síntese de voz. Para *tablets* e *smartphones*, o *talkback*² foi configurado.

O jovem João chegou ao projeto monossilábico e com poucas expectativas. Sua presença se deu mais por insistência da equipe do projeto Visão Falada do que pela sua própria vontade. Quanto à Maria, também foi convidada. Porém, desde o primeiro momento, mostrou-se muito interessada e disposta a reconstruir seus conhecimentos computacionais.

Os dois têm *notebook*, *tablet* e acesso à internet em suas residências.

¹ Refere-se ao conjunto de artefatos disponibilizados às pessoas com necessidades especiais, que contribui para prover-lhes uma vida mais independente, com mais qualidade e possibilidades de inclusão social. (SONZA, *et al.*, 2013, p. 199)

² Aplicativo de acessibilidade para ao sistema operacional *android*, presente em *tablets* e *smartphones* de diversas marcas.

Resultados e Discussões

A tecnologia permite às pessoas com deficiência o que jamais se imaginou há poucas décadas. O cego, por exemplo, com o uso de recursos computacionais pode “ler” um texto ou “assistir” a um vídeo de forma prática, mesmo que não tenha habilidades com o braille³. Não se trata de uma substituição, pois o sistema braille é necessário para qualquer indivíduo na condição da cegueira, inclusive João e Maria. No entanto, a experiência de três anos no projeto de extensão mostra que aqueles que perdem a visão rejeitam ou têm grandes dificuldades para o método braille.

João nega tal necessidade explicitamente, e acentua a sua preferência pelas tecnologias digitais. Maria reconhece a relevância do método centenário criado por Louis Braille, mas ainda não domina nem a leitura nem a escrita, de modo a supervalorizar os recursos digitais.

Perder a visão é algo traumático e coloca o indivíduo e seus próximos em uma situação de luta constante contra as barreiras físicas e atitudinais; e a depressão é realmente uma consequência comum que decorre daquele trauma. O estudo que Pinheiro (2004) realizou com 102 sujeitos cegos revela a presença da depressão, bem como o seu impacto negativo no processo de reabilitação.

Depois da inclusão de digital, percebeu-se o progresso emocional de João. Ele que pouco falava, a partir de seu treinamento no uso de computadores pelo sistema dosvox, tornou-se um falante, com risos e gargalhadas. Ingressou no mercado de trabalho em uma instituição pública, a partir de processo seletivo. Hoje encontra-se muito independente no uso de *whats app* e diz-se bem inserido digital e socialmente.

Maria reforça constantemente o quanto foi importante reaprender a usar o computador, especialmente, o fato de usar sozinha. Em sua primeira aula de *whats app*, ela enviou um áudio comentando sobre a experiência: [...] *menina, a aula foi um espetáculo; tô empolgada demais. Olhe, a tecnologia hoje facilita muito a vida da gente; vocês não sabem o quanto mudaram a minha vida*⁴. Ela também se mostra inserida digital e socialmente, mas reforça a necessidade de aprender mais para facilitar as suas atividades no trabalho.

O fazer sozinho é expressivo para aquelas pessoas. Trata-se de uma autoafirmação de capacidade, de fazer parte da casa, da família, do trabalho, da sociedade. A dimensão tomada pela inclusão digital extrapola, sem dúvida, a sua proposta técnica.

Considerações Finais

Não há dúvidas de que as tecnologias permitem às pessoas com deficiência muitas possibilidades. Ponderando aquelas que se encontram na condição da cegueira adquirida e não dominam o braille, seja pela negação a tal necessidade ou por que está no início de um novo letramento, a inclusão digital é motivadora.

³ Sistema de seis pontos em alto-relevo que, combinados entre si, formam letras do alfabeto, números e sinais de pontuação e alguns símbolos (SONZA, *et al.*, 2013, p.84)

⁴ Áudio enviado por Maria via *whats app* durante a sua primeira aula no aplicativo, em 3 de dezembro de 2015.

A inclusão digital, na sociedade da informação, permite que aquelas pessoas sintam-se parte de um todo, com as mesmas possibilidades de interação, seja por *e-mail*, seja por mensagem via celular ou *tablet*. E, certamente, a inclusão digital resultou em mudança positiva para ambos.

A segunda parte da pesquisa contemplará uma entrevista com os protagonistas do estudo de caso, bem como de um parente do seu círculo de convivência diária, como pais, filhos, irmãos. Nem o projeto nem a investigação foram concluídos, de forma que o treinamento planejado ainda há de produzir resultados e consequências positivas que possam equalizar as necessidades especiais decorrentes da cegueira.

Referências Bibliográficas

ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ÁVILA, M.; ALVES, M. R.; NISHI, M. **As Condições de Saúde Ocular no Brasil**. Conselho Brasileiro de Oftalmologia. [S.l.], p. 147. 2015.

BRASIL. Decreto 5.294, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o atendimento prioritário de pessoas específicas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm#art4iii> Acesso em: 15 de agosto de 2016.

COSTA, L. F. Novas tecnologias e inclusão digital: criação de um modelo de análise. In: BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. D. L. **Inclusão Digital - Polêmica Contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. 1ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

IBGE. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2010. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação**. [S.l.]: Papyrus, 2007.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Deficiências**. Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. São Paulo, p. 360. 2011.

PINHEIRO, A. L. A. D. C. L. **Cegueira e Depressão: três momentos do processo de reabilitação**. 2004. Disponível em: <<http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/800>> Acesso em: 13 de agosto de 2016.

SONZA, P. et al. **Acessibilidade e Tecnologia Assistiva: pensando a inclusão sociodigital de pessoas com necessidades especiais**. Bento Gonçalves: MEC, 2013.